

- LEVI, Giovanni. La herancia inmaterial : A história de um exorcista piamontés del siglo XVII. Madrid: Editorial NEREA, S..A., 1990.

Resenhado por Mônica Ribeiro de Oliveira¹

Giovanni Levi se constitui nos últimos tempos em um dos maiores expoentes da historiografia italiana, junto a outros, como Carlo Guinzburg, Carlo Poni e Edoardo Grendi². Deste grupo de intelectuais, o que mais se destacou no Brasil foi Guinzburg através da História Cultural; já Levi e os demais, vinculados à História Econômica, estão relacionados a um método de fazer história que se convencionou chamar de micro-história que, na Itália, é mais agrária do que propriamente cultural.

O livro de Levi tem sua primeira edição italiana em 1985, é traduzido para o francês somente 4 anos após a sua publicação e para o espanhol em 1990. O livro só passa a ter circulação entre os meios universitários brasileiros neste ano de 1996, ou seja, mais de 10 anos após sua primeira publicação.³

A micro-história busca uma reconstituição em pequena escala, onde a esfera de observação é reduzida, em uma análise quase microscópica e um estudo intensivo do material documental. Promove assim uma outra leitura do social, na medida em que reflete sobre agregados anônimos dentro de longas durações, articulando diferentes aspectos da realidade, permitindo pensar tempos médios e curtos. Liga-se à antropologia, na medida em que busca uma interpretação e redefinição de sinais e na medida em que tem acesso ao estudo do passado através de indícios, tomando o particular como ponto de partida, sem perder, contudo, o seu próprio contexto definido.

1- Professora do Departamento de História da UFJF e doutoranda em História do Brasil pela UFF

2- Fazem parte da Revista Quaderni Storici. Roma: Grafiche Editoriali S.r.L. 1985 - 1993

3- Alguns artigos do autor chegaram ao mercado editorial brasileiro, através de BURKE, Piter. A escrita da História. São Paulo: UNESP, 1992, GUINZBURG, Carlo. A micro história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S.A. 1991 e mais recentemente, FERREIRA, Marieta M. e AMADO, Janaína. Usos e abusos da história Oral. Rio de Janeiro : Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Torna-se um desafio para esta metodologia, buscar paradigmas que dependam do conhecimento particular, sem rejeitar a descrição formal e o conhecimento próprio do particular. A tentativa de se estudar o social como um conjunto de interrelacionamentos em constante adaptação é objetivo primordial do livro que resenhamos.

Seu livro relata a história de vida de um vigário exorcista no Piemonte italiano do século XVII, mas centra-se, sobretudo, nas estratégias familiares e individuais, com uma instância particular sobre a lógica dos comportamentos econômicos e sobre o funcionamento do mercado de terras. Estuda as relações entre centro e periferia, entre a capital e a comunidade local, através de duas transformações que seriam o mercado e o Estado, dentro de um período decisivo de construção da Idade Moderna. Deu origem a uma intensa pesquisa prosopográfica, uma espécie de biografia coletiva, para entender as condições e contextos dentro de um fato histórico. Se utilizando de vasta documentação notarial, sua pesquisa cobriu 40 anos de história, fazendo mais de 32.000 menções nominativas. Para cada personagem dispõe de fontes específicas, diferentes das séries homogêneas e comparáveis, numa tentativa exaustiva de reconstrução de uma coleção de destinos em uma restrita comunidade.

Levi critica certos modelos construídos por historiadores e antropólogos que se baseiam na imobilidade da cultura das classes populares e, de outro lado, demonstram uma incapacidade de se defenderem dos rudes processos econômicos e sociais. Seu livro sugere um comportamento diferente. Trabalha com a hipótese de uma racionalidade específica do mundo camponês, não apenas como uma resistência à nova sociedade que se desenvolve, mas como uma estratégia coletiva. A diversificação de suas atividades e o interesse na transmissão de suas vantagens ao longo de linhagens entrecruzadas, fazia com que se atendessem menos aos resultados econômicos em si e mais a proteção de seu status, com vistas a obtenção de um equilíbrio relativo.

A história do vigário exorcista então, ganha um caráter simbólico e é utilizada, claramente, como um pretexto para a reconstituição do meio social e cultural. O vigário, de nome Giovan Batista Chiesa, realiza uma série de exorcismos e seus atos são considerados ilegítimos e heréticos. Levi se utiliza dos cadernos de curas com o nome dos pacientes e doenças e passa a analisar seus deslocamentos sobre diversas aldeias, quem recorriam às suas práticas, os conceitos de saúde e doença, as causas metafísicas para os males, o papel da medicina ao se deparar com magias, exorcismos e milagres. O autor trabalha com a noção de que os conceitos de anormalidade e normalidade variam de cultura para cultura e que grande parte do sistema cultural dos camponeses ainda está por esclarecer.

Elegendo um grupo de 27 pessoas entre os habitantes da comunidade que foram exorcizados, Levi estuda a dimensão cotidiana da história destas pessoas, onde os fatos políticos e econômicos escapam ao controle e surgem novas formas de ação. Neste sentido, analisa os matrimônios entre grupos não co-residentes, as transações de terras submetidas a regras de reciprocidade, a função dos dotes, as redes de sangue e aliança, as exclusões e integrações que dão flexibilidade à organização familiar e constituem as estratégias de sobrevivência da comunidade em estudo.

Outro ponto em que observamos a reflexão inovadora de Levi, é quando ele reverte a noção clássica de estratificação social. A existência ou não de propriedade de terra, que seria um critério definidor de uma pirâmide social, passa a não ter importância na psicologia de um camponês miserável, pois a ausência de terra é compensada pelas relações de reciprocidade, cadeias verticais de dependência e parentesco. Assim, a transmissão de geração à geração é menos um objetivo do que um vínculo preliminar de comportamento.

O autor recupera Karl Polany ⁴ quando este último acentua a existência de motivações não econômicas na base de algumas sociedades e o papel da reciprocidade e distribuição para assegurar a ordem da produção em benefício da família e da propriedade. Levi usa o conceito de reciprocidade para compreender o mercado de terras, onde boa parte das vendas possuíam uma função instrumental de sancionar as relações sociais, ao mesmo tempo em que eram subordinada por elas. A relação entre oferta e demanda é fortuita e toda troca encontra seu sentido na relação pessoal entre comprador e vendedor. A aquisição de terras não é de caráter individual, mas visa o reforço coletivo da família extensa. Não se pressupõe um precoce capitalismo ou a presença de motivações estritamente econômicas na base das sociedades humanas.

A obra de Levi tem uma importância fundamental na abertura de novas perspectivas para a história econômica, o que se torna claro nas palavras de J. Fragoso e M. Florentino "*nada indica que a história econômica não possa incorporar os ganhos derivados da vertebralização do saber histórico proposta pelas vertentes mais recentes*"⁵. Acreditamos que o chamado velho objeto da história econômica se revitaliza, sem, contudo, abrir mão dos avanços adquiridos, por exemplo, pela Escola dos Annales. As considerações da micro-história ajudam a redefinir os grandes objetos, a partir da redução da escala de observação, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independente das dimensões do objeto, buscando o saudável diálogo com a antropologia.

4 POLANY, Karl. *Economie primitive archaïque e moderne*. Einaudi, Torino, 1980.

5 FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *A história econômica: balanços e perspectivas recentes*. In: *Anais do IX Encontro da Anpuh-MG, Juiz de Fora, 1994*, p. 114.

As reflexões de Levi são muito relevantes e nos apontam novas direções, ao nos debruçarmos, por exemplo, sobre os séculos XVIII e XIX brasileiros e, mais especificamente, sobre a formação de sistemas agrários neste período no sudeste. Estes devem ser analisados sob esta ótica peculiar, onde as relações de parentesco explicam, ou melhor, respondem àquelas sociedades onde o Estado é praticamente ausente. Os conceitos antropológicos de reciprocidade, solidariedade, a relação do padrão demográfico com a divisão das terras e a função do matrimônio, explicam a formação de uma sociedade hierarquizada, excludente, que se reproduz de geração a geração, mantendo-se por vínculos de parentesco na proteção de seu status e baseada em fortes laços de cooperação interna.

Podemos considerar, desta forma, que a análise da economia autonomizada deste período não pode estar desvinculada da sociedade e do sistema político, bem como, o funcionamento desta está submetido à diversas influências não-econômicas e sim políticas, militares, artísticas e religiosas. Acreditamos que a incorporação de reflexões como estas, originárias desta vertente da historiografia italiana, são vitais para o novo redimensionamento da História agrária no Brasil.